

ANAIS DO
IV SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo PROF. EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA

COLONIZAÇÃO E
MIGRAÇÃO

XXXI

Coleção de *Revista de História* sob
a direção do Prof. Eurípedes
Simões de Paula.



São Paulo

1969

NATUREZA E IDEOLOGIA DO COLONIALISMO NO SÉCULO XIX (*).

FRANCISCO IGLÉSIAS

da Faculdade de Ciência Econômicas da Universidade
Federal de Minas Gerais (MG).

I. — COLOCAÇÃO DO TEMA.

Para o estudo do colonialismo no século XIX é indispensável fixar alguns princípios. De acordo com os dicionários, colônia vem a ser o estabelecimento em terra estranha de um grupo de emigrantes, que a proclamam como sua; colonização é o ato de colonizar, ou seja, estabelecer colônia em, promover o aproveitamento de outra terra. É a transplantação de um grupo para outra área. O colonialismo é a doutrina que justifica a colonização. O tema vai desembocar então no imperialismo, que é o domínio de um povo por outro, sem que haja necessariamente colonização. Em nosso estudo, cuida-se principalmente do colonialismo, de modo que a colonização ou o imperialismo aparecem como elementos esclarecedores, não são o objeto da análise.

Como o tema do Simpósio é *Imigração e Colonização*, pareces-nos legítimo falar do colonialismo no século XIX, que é realidade importante no período. Não se pode entender a colonização sem referência e estudo do colonialismo.

Esta breve comunicação não procura fixar certo aspecto do problema, mas ambiciona traçar quadro do seu todo. Apresentam-se, em linhas gerais, os elementos que nos parecem caracterizadores, sem aprofundamento de qualquer um. Não se procure aqui, portanto, a análise exaustiva, com a abundância de informações, mas apenas a busca do entendimento de um sentido. Reconhecemos que o propósito é ambicioso. Se nos abalançamos a êle é por supor que é indispensável o seu debate. E desde já aqui fica nosso pedido de desculpas pela insuficiência do tratamento dado e também pela pretensão. Este trabalho é fruto de leitura e cuidado de muitos anos, não tendo qualquer veleidade de ser original.

(*). — Comunicação apresentada na 3ª sessão de estudos, no dia 5 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

Lembre-se ainda que o período escolhido não é propriamente o que consta do calendário rígido, estendendo-se de 1801 a 1900. Pode-se dizer que os séculos são categorias históricas que nunca têm essa rigidez. No caso, por exemplo, mais que a observância dessa faixa temporal, deve-se levar em conta uma outra, um pouco mais extensa, mas que é, na lógica e na harmonia íntima, uma fase só, embora compreendendo possíveis sub-divisões. O século XIX vem, então, de 1787 a 1914, ou seja, da Revolução Francesa à Grande Guerra. Parece-nos que para a história do colonialismo é a conceituação que melhor corresponde à realidade, com prolongamento do século, embora reconheçamos que, no plano da História Geral, o melhor critério cronológico seja 1815-1914, como quase sempre se faz (1). Entre 1789 e 1815 não há acontecimento relevante do prisma do expansionismo, enquanto os anos são marcados pela imposição da burguesia e pela vitória — ainda que apenas teórica — do pensamento liberal. Ora, como burguesia e liberalismo têm papel básico na compreensão da história colonial do século XIX, é que começamos em 1789. Quanto ao mais, estamos de acordo com a divisão que já se convencionou e está mesmo oficializada.

II. — BREVE QUADRO DOS ANTECEDENTES.

A colonização pode ter várias explicações: certo núcleo cresceu de maneira excessiva, tem população que a área não comporta, necessitando assenhorear-se de outras terras; há carência de recursos naturais, de modo que é preciso buscá-los; há necessidade de garantia de mercados para colocação dos produtos; gosto de territórios além-fronteira, afirmação do poder; impulso de submissão dos outros, para impor idéias, crenças, padrões de comportamento. Um grupo mais audacioso da sociedade, então, abandona o núcleo nativo e vai tentar o domínio de outros, seja pela conquista militar, pela catequese, pela pregação de idéias consideradas superiores, pela ocupação de área para explorar certo recurso, logo ampliado a outros, ou pela atividade comercial, que aos poucos cresce.

Impõem-se, assim, as colônias de exploração e as de povoamento. O contacto entre povos apenas para a troca de seus produtos é a colônia comercial, de exploração; os comerciantes se estabelecem, em geral nos portos, instalam suas casas, às vezes bairros inteiros sem cuidar de ir além; são os entrepostos, as feitorias; nem sempre os agentes pretendem tomar conta da terra, preferindo aí ficar em regime de favor, com vantagens de várias ordens, em processo de domínio pelo dinheiro, através da corrupção; se houver embaraços é

(1). — Robert Schnerb, *Le XIXe. siècle*, p. 1.

que se pensa no uso da força, com a posse da área. Mais expressivas que as colônias de exploração são as colônias de povoamento. Ocupação real, plena, fruto da conquista pelas armas, realizada por povo mais equipado. Aí, o ocupante é não só explorador dos recursos naturais, mas governa; quer não só a riqueza, mas moldar o dominado. Em lugar de entrepostos ou feitorias, deseja-se o domínio pleno, a posse do território e a submissão dos habitantes.

Na história das experiências colonizadoras ocupam lugar expressivo os fenícios, que tiveram alto papel no mundo antigo. Foram os grandes comerciantes da época, avançando até pontos distantes e aí fazendo suas colônias. Entre elas, Cartago, que desempenhou o mesmo papel. Depois é a vez dos gregos, também fadados à aventura, pela posição geográfica e falta de recursos. Algumas cidades dedicaram-se à tarefa, mas, pela falta de unidade, o empreendimento não chegou à magnitude que podia ter, nem mesmo sob Alexandre. Já a colonização romana foi mais consistente, por obedecer a um programa, executado por força considerável, na primeira visão imperial. Os séculos medievais, no início, não foram favoráveis a atividades duradouras. Se é certo que cidades italianas estabeleceram depois colônias, ao longo de seus caminhos, fizeram sobretudo explorações comerciais, pois, como Cidades-Estados que eram, não podiam pretender mais. Por outro lado, os árabes muito fizeram no Oriente e no norte da África.

Os portugueses é que são os pioneiros na expansão moderna. A dinastia de Aviz, desde os primeiros anos do século XV, faz conquistas, um pouco como Cruzada, programa político e sobretudo busca de matérias-primas. É a aurora do capitalismo comercial. No primeiro instante, o capitalismo é descobrimento e conquista de novas terras, sua anexação ao universo econômico. De pontos do litoral africano e ilhas no Atlântico, os portugueses passam ao Índico, descobrem o ambicionado caminho marítimo para as Índias, vêm à América. Os espanhóis seguem seus passos, é preciso negociar a partilha do mundo. Espanhóis e portugueses é que devassam os caminhos, realizam o trabalho mais difícil, mas os concorrentes não tardam: franceses, holandeses, ingleses. Também eles viajam, organizam Companhias de Comércio. Querem entrepostos, feitorias, não pensam em fixação nesses pontos remotos. Os holandeses obtêm vitórias expressivas, conseguem o desalojamento dos iberos, mas sua proeminência é curta: já para o fim do século XVII estão superados pelos ingleses. Faltava-lhes a base essencial para ação vigorosa e contínua. Na época do Mercantilismo a posse de colônias é importante, os Estados se empenham por elas.

É a colônia para fornecimento de matérias-primas. Estrutura-se mesmo aí o “sistema colonial”, ou “Pacto colonial”, que consiste

na idéia que os europeus aceitam como incontroversa, de que a colônia é para servir à Metrópole; cabe-lhe apenas fornecer matéria-prima, para que a Metrópole a aproveite e elabore. É uma divisão internacional do trabalho que se sanciona: cabe aos nativos das colônias plantar, extrair as riquezas, do solo ou sub-solo; a Metrópole, constituída por povo superior, deve aproveitar as matérias recebidas, elaborando-as como melhor lhe parecer. Foram agentes dessa política os particulares com espírito empresarial, que montaram as grandes expedições, ou os governos. Foram também agentes os homens que se transplantaram, em busca de posição e fortuna, que lhes faltavam no território de origem: quando a riqueza está quase tóda em mãos dos grandes proprietários, quando a principal fortuna é a terra, aquêles que não a possuem sobram nos quadros nacionais, vegetando, pobres e sem função, nos instáveis núcleos urbanos. Eles é que constituem as grandes correntes humanas que emigram da Europa e vão tentar a sorte além, de onde muitos voltam ricos. Outro agente que não pode ser esquecido é o religioso: o padre católico ou os pastores protestantes, no desempenho de suas missões, realizaram trabalho amplo, tentando a conversão dos nativos e dando-lhes outras crenças, outras línguas, outros hábitos. Alteraram as culturas primitivas, às vêzes mesmo distorcendo-as, com a imposição de práticas inadequadas ao meio, sem falar em verdadeira desordem mental, provocada com o combate às crenças antigas, às vêzes perdidas, sem que se lhes impusesse a nova, ou por sutil ou estranha, confundidos com dogmas, temores, preconceitos, em processo de desorganização cultural que já foi objeto de muito estudo de antropólogo. Tais missionários, evidentemente bem intencionados, mesmo colocando-se ao lado dos nativos, contribuíram muitas vêzes para destruí-los, exatamente por êsse processo de desorganização cultural que quebrou a harmonia de muitos grupos, facilitando a dominação do comerciante ou explorador.

É a época do Mercantilismo, que marca com sua política a História Moderna, dos descobrimentos marítimos à Revolução Francesa: política dos Estados Nacionais, fundada em amplo e sólido ideal intervencionista, com prescrições de tóda ordem, com excesso de regulamentação, com monopólios. Se aí o que conta é a riqueza do Estado, não o bem-estar social do público, se essa política pensa na riqueza e não nas conveniências dos súditos, pode-se imaginar o que a colonização vem a ser: se os próprios nacionais são peças de uma engrenagem que visa à riqueza do Estado, os nativos das colônias são ainda menos e nada contam. O caminho foi aberto pelos iberos, mas quem realmente lucrou com a política encetada foram outros, notadamente os inglêss. Os iberos se adiantaram, mas não souberam organizar o que foi feito. Pioneiros a princípio, logo estagnaram, pelo

fato de se manterem presos a velhos princípios. Pioneiros nos séculos XV e XVI, passam a retrógrados, uma vez que querem enfrentar novos tempos com a ética e a organização de outras éras. Lançaram os fundamentos da revolução burguesa, mas apegados a princípios de uma sociedade latifundiária, aristocrática, que são o contrário daquela transformação. E assim se perderam, arruinados, enquanto outros povos souberam adequar-se aos novos tempos. No plano da colonização, enquanto os outros se enriqueceram com suas empresas, Portugal e Espanha, explorando áreas incomparavelmente ricas, foram ficando cada vez mais pobres e sufocados. Prepararam o caminho do Mercantilismo, para que outros os trilhassem com proveito. Não entenderam o sentido do que fizeram, vendo-se logrados na nova era de que foram os iniciadores.

O Mercantilismo começou a ser desgastado e a ter críticas violentas ao longo do século XVIII. A regulamentação e o intervencionismo, úteis no início, organizadores do prestígio e do poder do Estado, logo revelaram inconveniências. Passou-se a acreditar que o afrouxamento das determinações e a liberdade de atitudes também podem significar vantagens econômicas. Uma classe social cresceu, ganhou fortuna e passou a disputar o poder, exigindo revisão do quadro tradicional. O comerciante, o manufatureiro e o financista pretendem igualar-se ao grande proprietário de terras, querem posições políticas. Pelas razões econômicas e políticas, amplia-se o movimento de idéias de superação dos sistemas antigos: o racionalismo postula a liberdade. Generaliza-se a crença no homem, na ordem natural, na idéia de que o homem, essencialmente bom, pode chegar à felicidade, contanto não seja tolhido. A liberdade que se observava no mundo estrelado, descrito pelos astrônomos, devia ser transposta para o plano social. O resultado é o processo que culmina em 1789.

Deve-se ligar, pois, a colonização, na época do Mercantilismo, sobretudo ao afã de lucro, de riqueza. Ela vem a ser, assim, o instrumento do Imperialismo, nessa época que se estende das grandes viagens — de 1492, digamos, com o descobrimento do Novo Mundo —, até a Revolução Francesa. Assiste-se aí ao processo de europeização da terra, quando os padrões europeus se impõem ou tentam ser impostos a todos. Prega-se o Cristianismo nos vários continentes, como a religião por excelência; as línguas, a literatura e a arte dos europeus são vistas como superiores, enquanto o resto dos homens é constituído por gente rude, bárbara, pois esses homens não são brancos, não se vestem como os europeus, não têm suas crenças nem suas idéias. E' preciso impor esses produtos, ainda que necessário usar a força. O trabalho civilizador consistiria na submissão deles, na perda de suas personalidades e características, substituídas por outras, adotadas por imitação. E' o processo que se desenvolve ao longo

da Idade Moderna, atingindo a plenitude na História Contemporânea, como se verá.

III. — O SÉCULO XIX.

O que explica a mudança verificada na Europa, no decurso do Setecentos, que leva à idéia de substituição do Mercantilismo pelos princípios de liberdade, é nova ordem econômica que requer outra composição da sociedade. Enquanto o mundo antigo era o domínio da grande propriedade territorial, que funda a nobreza com todo o seu quadro de valores, o Mercantilismo impõe outros grupos sociais, que se enriquecem muitas vezes em detrimento da velha nobreza. São os comerciantes, os manufatureiros, os financistas, que têm outra origem social, provêm de camadas modestas, que se afirmam pelo esforço simples. São os burgueses, os homens de negócios, voltados para o trabalho, o dinheiro, a poupança, ao contrário dos nobres, voltados para a ociosidade — só ela é digna —, as honras, consumo e ostentação. Os novos grupos ganham fortunas, mas têm que lutar pelo poder, que muitas vezes lhes é negado.

A sociedade que mais se abre para eles é a inglesa, notadamente depois da Revolução de 1688, mas é difícil ainda a ascensão política, que o quadro legislativo foi organizado com base em normas antigas, de modo que a representatividade dos núcleos urbanos, em que são fortes os comerciantes, manufatureiros e financistas, é débil: o Legislativo é recrutado predominantemente na área rural. Os antigos burgos não têm mais a importância que tinham, mas eles é que fazem a quase totalidade da representação na Câmara dos Comuns, uma vez que os núcleos urbanos, de maior número de habitantes, não são considerados. Os novos grupos teriam que esperar as reformas eleitorais do século XIX para obter a representação a que tinham direito. Na França, o domínio da aristocracia também era grande: fases de domínio de um Richelieu ou de um Colbert eram excepcionais. Aí, como na Inglaterra e em Estados menores, a burguesia já era rica, mas ainda sem expressão política. Daí a Revolução de 1789, que pregou a igualdade de todos. Essa igualdade era teórica, sendo real apenas para a burguesia. De fato, o grande vitorioso foi o burguês, que teve o acesso à vida política assegurado na França desde a última década do Setecentos. A reivindicação social da classe burguesa é fruto, pois, da mudança econômica, que impõe os bens móveis — o dinheiro e as manufaturas — sobre os bens imóveis. Essa mudança econômica é mais sensível na Inglaterra que no continente europeu: a solidez da monarquia inglesa, consolidada com as concessões que faz na revolução de 1688, garante a ordem política; as “leis dos cercos” asseguram a vida agrícola, e, impondo o êxodo rural,

vão garantir a fácil aquisição de homens para o trabalho, com as massas urbanas que têm que aceitar qualquer tarefa; depois, as leis de navegação garantem o aumento da marinha, de modo a assegurar o comércio em todos os mares, através das Companhias; lembre-se, ainda, a tendência utilitarista, que leva ao experimentalismo, que obtém os melhores resultados nas práticas de novas técnicas, novos aparelhos, racionalidade com a poupança de esforços e melhores rendimentos. Assim, a Inglaterra se adiantou aos demais Estados, tornando-se a iniciadora da chamada “Revolução Industrial”, explicável pela conjugação dos elementos referidos. Vai verificar-se então nova fase da história do capitalismo, marcada pela indústria. Se o primeiro foi o capitalismo comercial, o segundo é o capitalismo industrial, que tem outra estrutura e muito mais alcance, como se verá.

Pode-se dizer, pois, que o século XIX resulta, sobretudo, de duas transformações: uma, social e política, que é a idéia de igualdade, vitoriosa em teoria e só parcialmente na prática, com a Revolução Francesa, que implica no acesso ao poder da classe mais enérgica e inovadora; outra, tecnológica e econômica, que é a Revolução Industrial. As duas se conjugam e se completam, para moldar quadro bem diverso do anterior, que é o da Europa no século XIX.

Em decorrência, tem-se o fortalecimento da burguesia na Inglaterra e seu acesso ao poder, através das reformas eleitorais. Na França, em que a classe já era reconhecida, desde 1789, assiste-se ao seu crescimento. Mesmo em fases de volta do antigo regime político, é o burguês que domina, ao qual se identificam mesmo figuras que vieram a ocupar o trono. Nos Países-Baixos a burguesia já dominava, pelo poder de seus comerciantes e financistas, responsáveis pela proeminência no século XVII. Na medida em que os Estados italianos e alemães crescem e se fortalecem, até chegar à unidade, em 1861 e 1870, também a burguesia se impõe. Quanto aos demais Estados — Espanha e Portugal, por exemplo, ou o Império russo —, eles estão em lugar secundário, não têm papel decisivo no destino do continente, talvez exatamente pela fragilidade de suas burguesias. E fora só há a República dos Estados Unidos, cujo grupo dominante é evidentemente a burguesia, que a nação não tinha outra raiz.

O século XIX marca-se ainda pela pregação liberal, característica do interesse burguês. Torna-se imprescindível que todos os Estados se constituam em repúblicas, para evitar os possíveis arbítrios e para que se viva de acordo com leis ditadas pela razão. Suprimem-se os monopólios e muitas de suas heranças, extinguem-se as corporações de ofício. Na Europa suprime-se a escravidão, depois, teoricamente, proíbe-se o estatuto mesmo nas Colônias: pode-se ver, no entanto, a ambigüidade de certos países, como o Brasil ou os Estados Unidos,

que se organizam à maneira liberal, mas mantêm o trabalho escravo. Também a servidão é aos poucos abolida. Lembre-se ainda que o liberalismo é mais um ideal que realidade: a filosofia liberal é uma das utopias que raramente se realizam; mesmo nesse século, que a proclama, ela só existe em certas áreas e em raros momentos, pois o comum é a herança de antigos privilégios ou o aparecimento de novos; os Estados continuam a adotar técnicas protecionistas, como se vê, em alta escala, nos exemplos norte-americanos e alemães, e, em menor e variável escala, em todos os outros — inclusive franceses e ingleses. A simples lembrança de que se admite o colonialismo — que cresce exatamente nesse período — é suficiente para denunciar o quanto o liberalismo é mais uma idéia que uma realidade.

Outra constante da centúria é o culto do princípio das nacionalidades. Pode-se afirmar até que a idéia de nação era antes coisa vaga, que só se corporifica e adquire caráter definido, até agressivo, no século XIX. Portugal era uma velha nação — talvez a mais antiga de todas; França e Inglaterra afirmam-se no século XV, depois da guerra dos Cem Anos; a Espanha tinha unidade — embora frágil e discutível — desde os últimos anos do século XV, enquanto a Rússia data do século XVI. Os Estados italianos e alemães caminham para a unidade, forçados pelas mudanças políticas e econômicas que impõem o Estado nacional amplo, além dos particularismos. Demais, há o fortalecimento norte-americano, com o expansionismo para o Oeste, enquanto surgem, tímidas e frágeis, as nações latino-americanas. E há no Extremo Oriente o exemplo agressivo do Japão. A idéia de nacionalismo é comum na filosofia política da época, na Economia, no Direito, no folclore, na literatura. O romantismo, com o culto de valores tradicionais, festeja a nação, valor novo, mas característico de peculiaridades que os românticos querem preservar.

No campo econômico, tem-se que a atividade industrial cresce em todos os sentidos. Se nos primeiros decênios ela só existe na Inglaterra, em meados do Oitocentos já atinge a França, certos Estados alemães, os Estados Unidos e o Japão. No fim do século a Inglaterra divide com outros o prestígio industrial, ultrapassada mesmo pelos Estados Unidos e pela Alemanha. Se a primeira fase do industrialismo é marcada pela máquina a vapor, assiste-se depois à revolução da eletricidade e do petróleo. É a segunda Revolução Industrial. O ritmo do desenvolvimento tornou-se acelerado, de modo que em um ano se verificam mais mudanças que em decênios ou séculos anteriores. A divulgação do emprêgo do aço, o aperfeiçoamento de certas máquinas, a invenção do dínamo elétrico e do motor de combustão interna como que assinalam outra fase da indústria, marcada pelo maior uso da ciência, em lugar de vago empirismo. Navios e ferrovias, armas de guerra e bens de consumo aumentam a produção in-

dustrial. A química adquire relêvo desconhecido antes. Há verdadeira revolução nos meios de transporte. As ferrovias, sobretudo, se multiplicam iniciadas na década de quarenta, já há centenas de milhares de quilômetros em 1900; a marinha cresce de modo vertiginoso, com navios que cruzam os oceanos em todo os sentidos; a abertura do Canal de Suez dá ao homem mais possibilidades de viagens e negócios. As relações são cada vez mais estreitas. O automóvel tem significado decisivo na mudança de padrões sociais, como se verifica depois com o avião. Novos inventos e outras matérias-primas mudam a vida humana. Os reflexos econômicos e sociais são quase transcendentais: no plano econômico, aparecimento do sistema fabril, aumento da produção e da produtividade, a divisão técnica do trabalho, concentração das indústrias, expansão do comércio e progresso nos transportes, as combinações financeiras, com os trustes e cartéis, o novo quadro das atividades econômicas, com o predomínio do setor terciário sobre o primário e secundário. No plano social, o aumento da população, o surgimento do proletariado, a intensificação da luta de classes, o fortalecimento da burguesia e o domínio do poder por ela, o abandono dos campos e a busca das cidades, os movimentos migratórios, nacionais e internacionais, o aumento do bem-estar social. É a indústria, sobretudo, que modela a economia do século, imprimindo-lhe características novas e impondo, direta ou indiretamente, mudanças em todos os sentidos.

IV. — A PARTILHA DO MUNDO.

Já se pretendeu estabelecer periodização para a moderna política colonial: da segunda metade do século XV até o fim das guerras de Napoleão a nota é dada pelo sistema do Mercantilismo; gradualmente, o sistema foi afrouxado, e, com o Congresso de Viena, política de moderação relativamente às colônias prevaleceu, fruto da capitulação do Mercantilismo ante a filosofia liberal; depois da metade do século, notável renascimento da expansão, resultado do ritmo do industrialismo e da competição dos mercados. São os três períodos principais, de acordo com John Donaldson (2). Georges Hardy reconhece três períodos na história colonial dos séculos XIX e XX: o primeiro, de 1815 a 1830, é o de expectativa; o segundo, de 1830 até o fim do século, é o de grandes partilhas, marcado pela rivalidade anglo-russa na Ásia, pelo impulso do Império colonial francês e pela corrida de todos pela África; o terceiro, que não data, marcado pela entrada em cena da Alemanha, dos Estados Unidos e do Japão. a guerra de 1914 e as inquietudes do pós-guerra (3).

(2). — John Donaldson, *Colonial Economic Policy*, p. 647.

(3). — Georges Hardy, *La politique coloniale et le partage de la terre*, p. 149-156.

Não nos parecem muito satisfatórias essas divisões, pois lhes falta o rigor indispensável que as torne claras e convincentes. Talvez seja possível, adaptando o que já se fez, tentar periodização em três momentos: 1). — de 1789 a 1815; 2). — de 1815 a 1880; 3). — de 1880 a 1919. Se o aumento de território de possessões é máximo na Inglaterra entre 1860 e 1880, mantendo-se constante depois, na França e na Alemanha êle se verifica sobretudo nas duas últimas décadas: o crescimento francês no período anterior é pequeno, aumentando agora, enquanto o alemão só se verifica nessas duas décadas, nada havendo antes, sem falar em outros, como o norte-americano, o belga. Parece-nos razoável, pois, tentar a periodização que se apresentou. Tratando dos “estádios do século XIX”, em campo vasto de análise em que a expansão européia é apenas um dado, Alfred Weber considerou também três estádios: o primeiro até 1830, o segundo de 1830 a 1880 e o terceiro de 1880 a 1914 (4).

E' interessante observar o relativo desconhecimento do mundo ao longo da última centúria, sobretudo no seu início; muito se esclarece em cem anos, mas, no comêço do século XX, ainda não há plena ciência da terra, apesar do muito que se obtivera. Para o europeu, o mundo era, antes, o seu continente, um pouco do Oriente, algo da África, certos nomes e paisagens da América. A curiosidade científica, o espírito missionário, atividades comerciais e certas empresas de conquista ampliam êsse conhecimento. A África, principalmente, é devassada. Também a Ásia e a América são percorridas em certos trechos: deve-se muito a viajantes europeus no trabalho de identificação de nascentes de rios, de medida de montanhas, de revelação de lagos, de levantamento da fauna e da flora. Houve interesse científico, religioso e filantrópico pelas terras mal conhecidas, logo ultrapassado pelo interesse econômico, que faria apêlo à política e às armas. No fim do século XVIII, franceses e inglêses se distinguem em viagens, como se vê, por exemplo, nas extraordinárias empresas do capitão Cook pelo Pacífico, revelando muitos dos mistérios das ilhas dos mares do Sul, futuro cenário preferido das idealizações românticas ou do gôsto de evasão. Além do lucro científico, tais viagens valeram para o domínio inglês. A época de explorações mais intensas é a segunda metade do século: depois, entre 1900 e 1911, é a vez do conhecimento da área polar, em que se distinguem os nórdicos. O europeu vê tôdas essas terras como cenário exótico de populações exóticas, que interessam pela riqueza que podem fornecer ou, do ângulo humano, como entidades bizarras, estravagantes. Quanto à obtenção de colônias, África e Ásia, sobretudo, interessam. E' fatal o domínio do europeu, superiormente dotado para a luta com a técnica de suas armas, ante as quais os indígenas nada podem.

(4). — Alfred Weber, *Historia de la cultura*, p. 320.

Não foi unânimemente aceita a idéia de aquisição de colônias: era mesmo comum, em círculos intelectuais e entre estadistas e economistas, a condenação dessas conquistas, encaradas como pouco proveitosas ou atentatórias dos princípios liberais, então proclamados. Se não foi constante a defesa da política de aquisições, a verdade é que ela foi prática comum. Para não alongar esta comunicação, dispensamo-nos de fazer o estudo minucioso da partilha da terra, que pode ser facilmente encontrado (na obra de Georges Hardy, por exemplo, já citada).

O estudo dêsse expansionismo deve ser, principalmente, o da situação que impulsiona a Metrôpole. Aquêle que se empolga com êsse estudo, no entanto, é atraído por certos lances em que é rica a história colonial, em que se distinguem certas personalidades. Daí Ch.-A. Julien afirmar que

“a história colonial é o triunfo da biografia” (5).

E' a atração pelos grandes exploradores, políticos ou missionários, aventureiros ou cientistas, viajantes ou homens de negócios, gente como os alemães Karl Peters e Nachtigal, os belgas Banning e Leopoldo II, os franceses Bugeaud, Faidherbe, Gallieni, Brazza, Pavie, Lyautey, Jules Ferry, os britânicos Wakefield, Lord Selkirk, Livingstone, Lord Durham, George Grey, Cecil Rhodes, Joseph Chamberlain, os italianos Crispi e Balbo, o português Serpa Pinto, o norte-americano Theodor Roosevelt, o norueguês Amundsen. Foram muitas vêzes os fundadores de Impérios. Ao lado dos que realizaram a empresa, há os seus entusiastas, como o inglês Kipling, que a cantou; ou os autores cujos cenários são as terras e mares distantes, que divulgam o gôsto pelo exótico e o interêsse pela aventura, gênero Melville, Pierre Loti, Jules Verne. Nos agentes da empresa há muito de curioso, como se vê por suas biografias, nesse afã de fuga, de busca de outras terras e gentes, na coragem, no gôsto vivo da ação. O estudo não pode ter êsse sentido, no entanto, pois assim se perde o essencial, que é menos a biografia dos personagens que o quadro que os explica e o que resulta de seus trabalhos. Demais, a perspectiva é unilateral, pois realça o conquistador e esquece o conquistado — os nativos, as tribos que se submetem, que se deformam e que por vêzes até são dizimadas. O espetacular do biográfico é um acidente de importância menor.

Até 1914 — notadamente nas duas últimas décadas do século XIX —, é amplo o movimento de anexações, acordos, conquistas, no anseio de domínio do mundo pelas grandes potências, que fazem a partilha da terra, para atender a seus interêsses, no exercício do im-

(5). — Ch.-A. Julien, *Coloniaux et colonisation*, p. 1.

perialismo em sua forma clara. Esta, contudo, não seria sua única maneira de atuação.

V. — DOMINAÇÃO DISSIMULADA.

Procurou-se mostrar um dos aspectos do Imperialismo — a obtenção de colônias. Outras faces do problema poderiam ser mostradas, mas vamos evitá-las aqui, por fugirem ao propósito do momento ou ampliarem o trabalho. Seria o caso de falar da emigração de europeus, cada vez mais intensa, sobretudo de 1870 a 1914, para várias partes do mundo, notadamente Estados Unidos, Canadá, Argentina ou mesmo o Brasil, emigração forçada pelas dificuldades de certos grupos das Metrôpoles, fruto das contradições do sistema econômico: êles vêm para os países novos, que precisam de seus esforços e conhecimentos e nos quais desempenham importante papel. Por vêzes formam aí novas Europas, repetições dos modelos originais e que têm imitadores. Poder-se-ia falar ainda de formas sutis ou disfarçadas de imperialismo, como o contrôle da vida de Estados tidos por independentes, através do comércio, dos investimentos, dos empréstimos. Os grandes centros políticos e econômicos do século XIX estavam na Europa. Inglaterra, Países-Baixos, Bélgica, França, Alemanha, depois Estados Unidos, dispunham de capitais suficientes para seus negócios e para possível exportação. Como êles é que eram os grandes compradores de matéria-prima e vendedores de produtos elaborados, estabelece-se uma relação entre êsses centros europeus e o resto do mundo em que o lado forte é o europeu. Os detentores do capital financeiro podem impor então condições, desde a qualidade até o preço. Os países mais pobres precisam de capital para os seus negócios, para a aquisição de terras, instrumentos agrícolas, mão-de-obra qualificada, com técnica e ciência; precisam de capital e tecnologia para os transportes e para as casas de crédito. A Europa envia a êsses centros não só os elementos qualificados — engenheiros, geólogos, agrônomos, veterinários, operários de alta qualificação, como o capital que reverte em lucro para o investidor, ou para as iniciativas pioneiras, em que os países se renovam, ou para a manutenção da dependência, financiando a classe alta que aceita o domínio externo — sua natural aliada —, pois lucra com êsses financiamentos, como se vê com freqüência nos grupos exportadores e importadores dos países sub-desenvolvidos e dependentes, cujo exemplo máximo era a “burguesia compradora” da China.

A ligação da política com o alto mundo das finanças e com as forças militares explica o imperialismo. O empréstimo que o capitalista metropolitano faz aos povos jovens ou necessitados pode ser o prelúdio de ocupação efetiva, tomada de território. Como o paga-

mento não é feito, a presença de uma frota de guerra pode ser a decorrência, para cobrança e estabelecimento. Dívidas provocaram questão na Venezuela, em 1902, quando forças inglesas, italianas e alemãs bombardearam aquele país, pela falta de pagamentos. Formulou-se assim a “doutrina Drago”, que recusa o procedimento do uso da força armada para cobrança, com repercussão não só na América Latina, mas nos Estados Unidos e na Europa.

Como escrevia Lenine,

“o que caracteriza o antigo capitalismo, no qual reinava plenamente a livre-concorrência, era a exportação das *mercadorias*. O que caracteriza o capitalismo atual, em que reinam os monopólios, é a exportação de capitais” (6).

Assim foi na Ásia e na América Latina. A Inglaterra, centro político, econômico e financeiro do século, tem nesses núcleos o palco de seus empreendimentos: não foi por simples apêgo à liberdade que ela apoiou com entusiasmo a independência dos países americanos; as antigas colônias da Espanha e Portugal, jovens e desaparelhadas nações, vêm a ser o campo ideal dessa procedência que está na origem da exploração de minas, na siderurgia incipiente, nas fábricas de todo tipo, nos estabelecimentos bancários, nas estradas de ferro, nas companhias de navegação. Através do empréstimo ou do investimento, obtêm as potências financeiras metropolitanas facilidades e uma renda que tende a perpetuar-se, com juros, amortizações. Obtêm mesmo privilégios na administração, como o direito de arrecadar impostos. A história do Brasil ilustra essa influência, talvez ainda maior em outros países. A diplomacia inglesa era nessas áreas algo mais que uma representação, mas um agente decisivo nos negócios, com influência às vezes decisiva na vida interna das nações imaturas, com a imposição da política econômica a ser seguida. O mesmo se verificará depois, com a exportação do capital norte-americano, na chamada “diplomacia do dólar”. Essa é a razão da procedência do conceito de “economia colonial”, como aquela que não tem um centro próprio de crescimento, não tem autonomia, força interna de decisão, mas é uma economia reflexa, que cresce ou se atrofia em decorrência de uma vontade que não é sua, controlada pela dependência econômica e financeira.

Não só no campo econômico se verifica essa subordinação ou reflexo. Também no intelectual, no processo de importação de formas, no mimetismo que é a condenação de qualquer impulso autêntico, espontâneo, nacional. As forças realmente criadoras são abafadas, o espírito inventivo se estiola, em vassalagem que é a ruína do estilo próprio. Perde-se também o impulso para afirmação, uma

(6). — V. I. Lenine, *L'Impérialisme, stade suprême du Capitalisme*, p. 56.

vez que o povo que se considera inferior tem ressentimento, que procura válvulas de escape e raramente as encontra. O destino é a atrofia, o abafamento. São êsses alguns dos aspectos que têm interesse e gostaríamos de examinar, mas a matéria é ampla para estudo conveniente, mesmo resumido. Demais, não se liga de maneira tão direta ao tema que nos propomos. Fica de lado, portanto, com esta simples referência.

VI. — NOVA FASE DO CAPITALISMO.

E' no fim do século XIX e início dêste século que atinge o apogeu o Imperialismo. O capital industrial e o capital financeiro como que haviam criado sistema econômico que parecia perfeito e eterno. Era a elaboração do homem branco, da Europa ocidental, enriquecido pelo domínio que exercia sôbre o resto do mundo. A sensação de plenitude e segurança criou mesmo a ilusão de que assim era por uma lei natural, que todos deviam reconhecer. Apesar das rivalidades entre os grandes — alemães e franceses, inglêses e alemães, por exemplo —, de crises que de vez em quando sacudiam o sistema, aquêle centro diretor podia julgar-se eleito, embevecido com a própria bem-aventurança. As crises, naturais nesse sistema econômico, não lhe causavam maior abalo: se houve depressão desde 1872, a contar de 1894 há prosperidade, que dura até 1914, só perturbada por episódicas dificuldades. E' a *belie époque*, idéia de segurança, felicidade. O século XX era uma aurora. Não se podia suspeitar que em breve aquela paz seria perturbada por conflito capaz de revogar muito do que se estabelecera.

E' nessa época que muitas conquistas são feitas, a ponto de poder-se marcar, em 1880, a terceira fase do colonialismo no século XIX. Nas nações colonialistas mesmo havia oposição ao impulso, como se pode mostrar em tôdas elas: nos Paramentos muitas vozes ecoaram condenando essa política. No fim do século, no entanto, ela era de tal modo forte que até conferências internacionais se realizam, com a reunião dos grandes dominadores, como se viu na conferência colonial de Berlim, de 1885. O colonialismo tornara-se realidade comum na política internacional. E' o ápice do sistema de conquista. Jean Touchard lembra que o próprio termo

“imperialismo não aparece, com sua acepção moderna, antes dos anos 1880-90”:

a Inglaterra é que define imperialismo como “defesa do Império”, passando depois ao sentido mais amplo de “política de expansão” ou de “política de agressão”, que logo se torna pejorativo. Segundo êle, o livro de J. A. Hobson *Imperialism, a Study*, de 1902, assina-

laria essa passagem de um sentido para outro (7). Escrevendo no início de 1916 e publicando em 1917 importante obra sobre o imperialismo, Lenine assinalaria que

“nos quinze ou vinte últimos anos, sobretudo desde as guerras hispano-americanas (1898) e anglo-boers (1899-1902) a literatura econômica e política detém-se na noção de “imperialismo”, para caracterizar a época que vivemos”.

E cita as obras de Hobson e Hilferding (1910) (8), mas deixa de lado a de Rosa Luxemburgo *A acumulação do capital*, que é de 1913, que é “contribuição à explicação econômica do imperialismo”, como se lê no sub-título.

Poder-se-ia colocar o problema das razões da mudança das duas últimas décadas. A resposta talvez esteja em novas características econômicas, com transformação do capitalismo. Já se lembrou antes que até o fim do século XVIII domina o capitalismo comercial, iniciando-se depois o capitalismo industrial. Um bom economista e historiador assinala que, em decorrência do industrialismo, surge “o capitalismo industrial e concorrencial ou capitalismo atômico”, esclarecendo:

“ao Capitalismo comercial e regulamentar vai substituir-se um capitalismo industrial e concorrencial, qualificado por F. Perroux de *capitalismo atômico*, porque põe em presença múltiplas unidades de produção, cujas dimensões são restritas e que são, em consequência, submetidas à influência do mercado e incapazes de dominar. Nenhuma entre elas atinge o que propusemos chamar “o quantum de ação”. São átomos, perdidos em massa infinitamente maior”.

Depois de examinar êsse período, o economista estuda

“as transformações do fim do século XIX e do início do século XX: o capitalismo de grupos”, esclarecendo: “é difícil precisar a partir de qual momento o capitalismo na base de empresas, submetidas à lei do mercado, cedeu o lugar a um capitalismo de grupos, que aspiram a dominar o mercado. Estamos em presença de uma evolução, não de uma revolução. (...) O capitalismo de grupos ou capitalismo molecular difere profundamente do capitalismo atômico, mas um se desembaraçou de outro progressivamente”.

Marchal explica o termo que usa:

“o termo não é clássico, mas pensamos que se utiliza a expressão *capitalismo atômico* para designar o sistema do início do século

(7). — Jean Touchard, *Histoire des Idées Politiques*, II, p. 700-1.

(8). — V. I. Lenine, *L'Impérialisme, stade suprême du Capitalisme*, p. 22.

XIX, é preciso adotar igualmente a expressão *capitalismo molecular* para a ordem de coisas que se estabeleceu no fim do mesmo século. Os átomos, ou as unidades de produção que eram infinitamente pequenas em relação ao conjunto, aglomeraram-se em moléculas de dimensões apreciáveis. A escala de observação mudou e, como cada vez que tal acontece, a natureza dos fenômenos se modifica” (9).

A concepção de Marchal tem pontos comuns com a de Lenine. Este, no primeiro capítulo, sobre a concentração da produção e os monopólios, observa:

“os resultados principais da história dos monopólios são os seguintes: 1). — 1860-80, ponto culminante do desenvolvimento da livre-concorrência. Os monopólios não são mais que embriões. 2). — Após a crise de 1873, período de amplo desenvolvimento dos cartéis; entretanto, eles são ainda a exceção, falta-lhes a estabilidade. Constituem ainda fenômeno passageiro. 3). — Impulso do fim do século XIX e crise de 1900-03: os cartéis tornam-se uma das bases da vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo” (10).

Depois, estudando a partilha do mundo entre as potências, Lenine coloca o problema:

“há uma acentuação da política colonial, agravamento da luta pelas colônias justamente na época do capital financeiro?”

De acôrdo com êle, na Inglaterra

“o período de acentuação das conquistas coloniais é prodigioso entre 1860 e 1880 e muito intenso nos últimos vinte anos do século XIX. Para a França e Alemanha são sobretudo essas duas décadas que contam. Viu-se antes que o capitalismo anterior aos monopólios, capitalismo de predomínio da livre-concorrência, atinge o limite de seu desenvolvimento entre 1860 e 1880; ora, vê-se agora que é precisamente logo após êsse período que começa o impulso prodigioso das conquistas coloniais, que a luta pela partilha territorial do mundo fica infinitamente áspera. E’ então fora de dúvida que a passagem do capitalismo à sua fase dos monopólios, ao capitalismo financeiro, está ligada ao agravamento da luta pela partilha do mundo”.

Lenine reconhece que o imperialismo é muito antigo, mas faz questão de distinguir a fase dos monopólios de todas as anteriores: não só Roma e o mundo antigo tiveram imperialismo diverso, mas até os anos que antecederam de imediato a fase atual:

(9). — Jean Marchal, *Cours d'Économie Politique*, I, p. 79 e 146.

(10). — V. I. Lenine, *L'Impérialisme, stade suprême du Capitalisme*, p. 22.

“o que caracteriza essencialmente o capitalismo atual é a dominação dos monopólios constituídos pelos mais poderosos empresários”.

Para êle, em definição breve, o imperialismo

“é o estágio monopolizador do capitalismo”.

Em síntese:

“o imperialismo é o capitalismo chegado a um estágio de desenvolvimento no qual é afirmada a dominação dos monopólios e do capital financeiro; no qual a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano; no qual a partilha do mundo começou entre os trustes internacionais e no qual terminou a partilha de todo o território do globo entre os maiores países capitalistas” (11).

A citação não implica em subscrever inteiramente o pensamento de Lenine. Como assinalou Sternberg.

“é preciso distinguir imperialismo e capitalismo de monopólio”.

O autor rebate Hilferding e Lenine a êsse propósito, lembrando que fazem análise fundada sobretudo no caso alemão, esquecidos de que o impulso imperialista teve vigor na Inglaterra e na França antes de constituir-se concentração monopolista na indústria, enquanto os Estados Unidos, que a conheciam, tinham apagada expansão imperialista (12).

Apesar de tôdas as diferenças de enfoque e instrumentos interpretativos, as análises de Marchal e Lenine concordam em como o capitalismo se hipertrofia, com a tendência à concentração e aos monopólios que se verifica na época assinalada. Lenine é ainda mais decisivo na análise, concluindo pela associação dessa forma de capitalismo e da expansão política colonial dos grandes Estados. A análise marxista de Rosa Luxemburgo põe ainda mais vigor na referência a essa relação entre os centros de capitalismo avançado e os centros pré-capitalistas, que se vêm espoliados por aquêles. A grande potência econômica, fundada na indústria, precisa de áreas amplas, além de suas fronteiras. Economia e imperialismo são indissociáveis. E' essa situação, de pujança industrial e financeira de certos países, sobretudo Inglaterra e Alemanha, conduzidos a rivalidade implacável, que leva à guerra de 1914. A extensão do Império de uma é motivo de crítica de outra. Processo eminentemente competitivo, com a formação de blocos, não podia chegar a resultado diverso. A guerra é fatal no sistema capitalista, quando é ultra-

(11). — V. I. Lenine, *L'Impérialisme, stade suprême du Capitalisme*, p. 69, 70, 74, 79 e 80.

(12). — Fritz Sternberg, *Le conflit du siècle*, p. 45.

passada a fase possível de ajustes e as contradições se aguçam. Ela leva ao enfraquecimento das grandes potências, que se desgastam na luta, ao mesmo tempo que torna mais tensas as relações entre as Metrôpoles e as colônias. E' da contradição entre os interesses daqueles que encarnam as mesmas formas que vai surgir a luta que afrouxa o sistema, como se vê em 1919 e, principalmente, em 1945.

VII. — IDEOLOGIA DO COLONIALISMO.

Tôdas as correntes de pensamento se apresentam no século XIX. As mais diversas orientações se fazem presentes, como sempre acontece, quando o quadro é rico — mais que em qualquer período anterior —, pela população cada vez maior, riqueza crescente, relativa libertação das tutelas. Ao longo de fase tão extensa, se é possível reconhecer tôdas as manifestações e atitudes, torna-se difícil resumir a cena a algumas linhas gerais, na busca de um sentido. Só é admissível o trabalho com o encôntro de algumas idéias mais permanentes, gerais e duradouras. E' tentativa assim que se fará agora, de maneira esquemática, apenas para relacionamento com o tema desenvolvido, na busca de fixação de sua ideologia. Se a ideologia é um conjunto de idéias que anima um movimento ou é a elaboração de idéias para justificar determinada situação social, queremos fixar o último sentido. Através do liberalismo e do evolucionismo, parece-nos possível destacar o essencial da ideologia colonialista, no empenho racionalizador do uso de certas áreas em proveito das Metrôpoles.

1). — *Liberalismo.*

Destaque-se primeiramente, como idéia típica da epoca, o liberalismo. Contra a tradição do dogma religioso, do princípio político absolutista, da regulamentação da vida econômica, da organização social e ordem jurídica herdadas de outros tempos, coloca-se o espírito liberal. Da observação da Astronomia da perfeita ordem no cosmo, que permite a fixação de leis, chega-se ao otimismo da “harmonia das esferas”. A observação de uma realidade complexa, como é a cósmica, com seu sistema e suas leis, leva os estudiosos à procura de algo equivalente entre os homens. Experiência, observação, tudo contraria o dogmatismo antigo; partindo de uma atitude dubitativa, o homem pode concluir, pelo exercício da crítica, que lhe é possível por ser dotado de razão, seja no estudo da natureza ou no da sociedade. E' o que se começa a fazer, embora tímidamente, ainda no século XVII. A orientação racionalista continua a desenvolver-se e a ousar cada vez mais, como se observa depois com o Enciclopedismo.

A vitória dessa pregação no episódio de 1789 dá vigor ao liberalismo político.

Já antes dessa obra, a idéia liberal aparece no campo da Economia, em meados do século, com os Fisiocratas, que vulgarizam o *laissez faire*, em escola que teve visão clara da ciência social, mas cujo prestígio foi curto, superado logo que foi com *A riqueza das nações*, de Adam Smith, em 1776. Esse livro será a grande matriz do pensamento econômico, aparecendo como algo perfeito por muitos decênios. Entre os continuadores de Smith, destaquem-se Malthus e Ricardo, que aceitam em linhas gerais as premissas do mestre, desenvolvendo mais que êle algumas de suas partes. Malthus tornou-se famoso pela teoria do crescimento da população, enquanto Ricardo o foi pela teoria da renda. Ambos traçam perspectiva sombria para o mundo: as idéias sôbre população são pessimistas, anunciando possível catástrofe se faltar a prudência do homem, pois a população cresce mais que os meios de subsistência, enquanto a teoria da renda é igualmente pessimista, na denúncia de que o crescimento da população aumenta necessidade de consumo de gêneros agrícolas, enquanto são limitadas as terras férteis; o uso de terras de qualidade inferior implica em maiores gastos e menores rendimentos, com reflexos óbvios nos preços. E' a teoria do rendimento não proporcional. Embora reconheçam êsses perigos, Malthus e Ricardo são ainda mais liberais que o mestre, negando que a intervenção do Estado pudesse minorar os riscos; parece-lhes que antes os agravaria. Nem todos os liberais em economia são pessimistas; a maioria apresenta teses otimistas, mas são aquêles os que mais marcaram a ciência. A escola clássica continuaria, com importantes modificações, como se vê em Stuart Mill: se êle, pode ser visto como a melhor expressão da teoria, é que já não a apresenta com rigidez, marcando a transição para o socialismo. Ortodoxos, porém, continuam a aparecer, como se verifica mesmo hoje. O sistema econômico dos clássicos está fundado no hedonismo: o homem busca a maior satisfação possível, quer a felicidade, no que não pode ser contrariado e para cuja satisfação deve tudo fazer. Forma-se o tipo ideal do *homo oeconomicus*, abstração que é um dos fundamentos da escola. Do bem dos indivíduos decorre o bem geral. A livre iniciativa deve ser a regra, pois ela conduz o homem à ação e o Estado à riqueza.

Insistimos um pouco no liberalismo econômico pelo fato de que êle é que objetiva o liberalismo político, de modo que pode mais facilmente ser estudado em manifestações concretas. E' através de sua História, também, que se evidencia o quanto o liberalismo é em geral uma utopia. Só em momentos excepcionais e em algumas poucas áreas houve alguma aproximação ao seu modelo. Mesmo como teoria

êle foi poucas vêzes apresentado como completo: talvez só nos fisiocratas, em Malthus e Ricardo, em alguns franceses.

Quanto à prática, na Inglaterra, parece-nos que o liberalismo é vitorioso desde o período que começa com a revogação das leis reguladoras — a década dos quarenta, com a revogação das leis de navegação e dos cereais, fim da vigência de certos Tratados —; nas penúltimas décadas foram feitas campanhas protecionistas e favores foram concedidos a determinadas Companhias de Comércio, mas o país se manteve livre-cambista, até o início dêste século. A Inglaterra apresenta, pois, política liberal mais duradoura, no que se distingue de tôdas as outras nações. Na França, tentou-se a superação da velha ordem ainda no século anterior, na época de Turgot, mas sem êxito; com a Revolução, proclama-se a liberdade, mas as campanhas, com dificuldades para o país, logo a ameaçam; de 1815 a 1852 há franco protecionismo, embora sem os excessos mercantilistas; o único período liberal é o de 1852-1870 — sobretudo 1860-1870 —, seguido de reação protecionista, explicável pelos embaraços da derrota militar. A Alemanha foi sempre campeã de intervencionismos e regulamentações, bem como do nacionalismo econômico, com exceção do curto intervalo que é o princípio de vida do Império unificado, com Bismarck, com o pronto regresso do protecionismo, tornando-se símbolo do rigor dessa política, em sistema harmonioso, quase estatal. Outra nação do fim do Oitocentos é a República dos Estados Unidos, na qual o protecionismo foi sempre a regra. Aí é que o alemão Frederico List aprendeu a lição do nacionalismo, que sistematizaria na obra clássica dessa política, que é o *Sistema nacional de Economia Política*, de 1841.

No plano político e social, a derrubada de velhas instituições, com a vitória da tese liberal, é resultado sobretudo da Revolução Francesa: logo no início, vota-se, em 4 de agosto de 1789, o fim dos privilégios. A queda de instituições tidas por feudais repercute, e, ao longo do século seguinte, as nações vão sancionando as liberdades. E' o que se vê, por exemplo, com a proibição do trabalho escravo, primeiro nas Metrôpoles, depois nas colônias. Só nos Estados Unidos a supressão custou a ser feita, implicando em guerra civil. Outras formas de trabalho também foram liberadas, como a servidão: quase inexistente na Grã-Bretanha, desaparece na França em 89; nos Estados alemães vai desaparecendo, até que a Prússia a revogue, em 1848; na Rússia a revogação é feita em 1861. Outra forma de tolher o trabalho são as corporações de ofícios: suprimidas na França, também o são por todos os Estados, na medida em que se constituicionizam, como se viu com o Brasil, em 1824.

O que se observa nesse capítulo de substituição de formas obsoletas de trabalho é o avanço econômico, sobretudo com o industria-

lismo. Escravidão, servidão, corporações foram realidades impostas por certa ordem econômica, com fins econômicos, que acabam por ser anti-econômicas, pela mudança de condições gerais. A reivindicação liberal, portanto, não é algo fluido, sem base, mas tentativa de solucionar melhor certos aspectos da sociedade. No quadro do industrialismo crescente e da ascensão política da burguesia, a ordem pregada pela filosofia liberal é a que melhor atende a todos os interesses que têm condições de êxito. Daí seu aparecimento no fim do século XVIII e a sua vitória teórica no XIX, cumprindo papel importante de abertura de horizontes, de liberação de atividades, mas, como tôdas as correntes, ela trazia o germe de sua própria destruição. Assim é que a plenitude da iniciativa privada vai levar às grandes empresas, aos monopólios de toda forma, acabando pela negação do livre empreendimento. Os monopólios quebram o jogo do mecanismo dos preços. A concentração econômica é infalível no Estado pelos princípios liberais. Provoca então necessidade de ajuste de política econômica, com novas teorias. Estas não faltaram: desde o princípio do século XIX o socialismo, em todos os matizes, aparece, como ação ou pensamento; além do socialismo — das utopias delirantes ao comunismo organizado —, assinalem-se o nacionalismo econômico, o protecionismo, as diferentes formas intervencionistas, o anarquismo. São orientações condenadoras da doutrina liberal, por elas identificado como a ideologia de uma classe — a burguesia —, que não recua nem mesmo ante a brutalidade de negar qualquer ação filantrópica, no seu afã de riqueza. Garantido o lucro do empresário, pelo Estado-Polícia, cabe a este impedir qualquer ação reivindicativa que apele para o trabalho organizado. O pobre é culpado de sua situação, não lhe cabendo outro direito que o de subsistir, simples peça na engrenagem da máquina social, em que diferentes papéis cabem a uns e outros. Como expressão de uma classe que é, o liberalismo tem que viver as vicissitudes dessa classe. Data daí o desejo de uma revisão, mesmo por aqueles que o aceitam, mas lhe reconhecem a insubsistência, notadamente depois da guerra e da crise de 1929.

Relativamente ao colonialismo, a primeira atitude liberal é de reserva ou mesmo condenação. Em seu nome muita palavra dura foi dita contra o expansionismo, pelo que representava de ação do Estado ou menosprezo a outros povos. Há em muitas correntes liberais, no entanto, uma espécie de sentimento de superioridade: no processo competitivo que é a “luta pela vida” vence o mais capaz. As condenações do domínio de outros pelas Metrôpoles provêm sobretudo do ideal de omissão, contra as intensas atividades que a colonização impõe. A perspectiva dos subordinados não é assumida por esses autores. Mesmo um liberal menos rígido como Stuart Mill tem atitude de aceitação do colonialismo, embora preconize comportamento pa-

ternalista, como se vê no ensaio *Considerações sobre o Governo Representativo*, de 1861, cujo último capítulo é sobre o governo das possessões por Estados livres. O autor conhecia o problema, funcionário que fôra da Companhia das Índias Orientais. Aceita a situação, prega a eqüanimidade, mas admite o domínio:

“esta maneira de governar é tão legítima como qualquer outra, se fôr a única que no estado atual de civilização do povo submetido mais lhe facilite a transição para estádio mais elevado de aperfeiçoamento” (13).

Talvez a melhor expressão do liberalismo econômico clássico, quanto ao problema, seja Paul Leroy-Beaulieu, que lhe dedicou extenso livro — *De la colonisation chez les peuples modernes*, em 1874 —, que teve várias edições ainda no século XIX e cujas idéias encontramos resumidas em capítulo de outra obra: a colonização é aí vista como elemento civilizador, benéfica para quem a realiza e para quem é objeto; os povos civilizados têm o direito de intervir nos outros.

“como uma educação ou uma tutela, temporária ou permanente”; há “países e raças nas quais a civilização não pode nascer espontaneamente e que devem recebê-la por importação”,

devendo manter-se indefinidamente sob tutela externa; os Estados ricos necessitam de colônias, para benefício geral — dominadores e dominados (14). Todos os preconceitos — determinismo geográfico ou racial — aparecem no autor, representante do pensamento convencional. E' em figuras de divulgadores como Leroy-Beaulieu que se tem a opinião do liberalismo: os princípios filosóficos da escola não se chocam com a prática, que é justificada, pois é decorrência dos mesmos princípios. E' o modo de ver oficial da época, expressão dos interesses da classe dominante, da burguesia em plenitude. Um Estado pode julgar-se liberal, portanto, sem escrúpulo de ser colonialista. Tem uma orientação relativamente às suas coisas e outra para os povos que julga em plano inferior. Aos próprios olhos êle se desculpa, em interessante processo de racionalização que é um dos aspectos da ideologia liberal, como é, sobretudo, do evolucionismo — há ligação íntima entre os dois —, como se verá agora.

2). — *Evolucionismo.*

Outra nota importante, configuradora de uma ideologia, é o evolucionismo. Se antes já se falava em mudança, transformação, pro-

(13). — John Stuart Mill, *Considerações sobre o Governo Representativo*, p. 221.

(14). — Paul Leroy-Beaulieu, *Traité Théorique et Pratique d'Économie Politique*, IV, p. 633-663.

gresso, evolução, com sentidos algo diversos, mas com laços comuns, no intuito de explicar o processo geológico, biológico, social, histórico, é no século XIX que a idéia ganha força. As ciências naturais fazem do conceito de evolução uma de suas bases: principalmente a Biologia se assentará nêle. Quem o colocou com mais ênfase foi Darwin, cientista que o enunciou em pequena obra aparecida em 1858, de parceria com Wallace, sem maiores ecos. Darwin continuou e no fim do ano seguinte publicava *A origem das espécies*.

Deixando de lado o interesse da obra para a ciência natural, desejamos fixar apenas o que representa para nosso tema: a idéia de evolução e seu fundamento no processo competitivo, na luta pela vida que leva à sobrevivência dos mais aptos, com a seleção das espécies. Sabe-se, de acôrdo com o próprio Darwin, que foi Malthus que o inspirou:

“em outubro de 1838 (...) ocorreu-me ler, para entretenimento, o ensaio de Malthus a população, e estando preparado, por uma larga e continuada observação dos hábitos de animais e plantas, para apreciar a luta pela existência, que se desenrola em tôdas as partes, ocorreu-me que nessas circunstâncias tenderiam a conservar-se as variações favoráveis e a destruir-se as desfavoráveis. O resultado seria a formação de novas espécies. Havia encontrado, por fim, uma teoria com a qual podia trabalhar” (15).

O reflexo da obra de Darwin não se resumiria à sua ciência, pois marcou ainda outra. Assiste-se, nas últimas décadas do século, ao processo de biologização da ciência social, aceitando-se as similitudes da sociedade com outros organismos. O organicismo teve voga e exprimiu-se em vários autores, marcando uma das orientações da época. Acontece, no entanto, que a extrapolação da idéia de luta e evolução para êsse plano social não foi feita por Darwin, mas por outros, que não se contiveram nos limites da prudência. Divulga-se o darwinismo social. Ora, Darwin não é responsável pelo muito que se disse em seu nome, em área na qual não entrava:

“se se entende por “darwinismo social” a glorificação da luta pela existência e a crença de que as classes superiores na ordem atual sobreviveram por uma aptidão peculiar em sentido moral ou ético, pode-se dizer categòricamente que Darwin não foi um darwinista social. (...) O que ocorreu com a sua doutrina é que pretensos filósofos sociais a puseram a seu serviço, e, dêsse modo, a teoria darwinista se viu recrutada sob as bandeiras do anti-clericalismo e do imperialismo” (16).

(15). — Barnes & Becker, *Historia del pensamiento social*, I, p. 679-680.

(16). — Barnes & Becker, *Historia del pensamiento social*, I, p. 680-681.

A Sociologia, a Etnologia, a Política e outras unem-se estreitamente à biologia, o mesmo verificando-se na arte, como se vê na escola literária do naturalismo. Procura-se explicar tudo em função de princípios e leis que marcam a evolução, havendo mesmo

“uma certa tendência ao fatalismo, ou ao menos ao dogmatismo” em todos os setores da opinião” (17).

Antes mesmo de Darwin, o princípio já aparecera no *Sistema de política positiva*, publicado por Auguste Comte entre 1851 e 1854. A idéia evolucionista terá a melhor expressão na obra de Herbert Spencer. Sabe-se que Spencer

“não tentou, como se afirma com freqüência, aplicar as teorias de Darwin a uma reexposição da ciência e da filosofia”:

antes mesmo do naturalista, Spencer já expunha o evolucionismo (18) Em ensaio de 1857 mostrava

“sua teoria de evolução universal como processo cósmico de equilíbrio do organismo com o meio” (19).

Comte, Spencer, Marx e tantos outros, maiores e menores, participam do mesmo clima, informado pelo naturalismo, pela busca de leis inflexíveis, ordenadoras de tudo, na crença de determinismo quase fatalista. Poderíamos facilmente alinhar aqui conceituação e tentativas de periodização de todo o processo social, na busca do universal no tempo e no espaço. Esses autores costumam apresentar esquemas explicativos globais, que se pretendem definitivos, válidos no espaço e no tempo, com o gosto do sentido geral, do determinismo, com a seqüência obrigatória, pelo processo de evolução que se proclamava. Ora, essas construções ideais foram feitas mais por dedução que por indução. Fazia-se o esquema, um modelo intelectual, sem partir propriamente da realidade, mas do conhecimento obtido, que se supunha abranger toda a realidade: feito o modelo, a realidade devia adaptar-se a êle; se não a comportasse, tanto pior para ela. O conhecimento histórico de seus autores, por maior que fosse, não podia abranger a história universal, de modo a permitir-lhe a generalização feita, sem falar que o conhecimento histórico em si mesmo era limitado. Demais, a Etnologia estava nascendo, pouco ou às vezes nada se sabia de muitos povos, enquanto as técnicas de estudo eram precárias. Como construir tais modelos, pois, a não ser como artifício mental? O resultado é que à medida que as ciências sociais se desenvolveram, com novos instrumentos de análise e mais gosto pela pes-

(17). — Jean Touchard, *Histoire des idées politiques*, II, p. 666.

(18). — Barnes & Becker, *Historia del pensamiento social*, I, p. 647.

(19). — *Idem, Idem, Historia del pensamiento social*, I, p. 680.

quisa que pela teorização, o conhecimento real se viu grandemente aumentado. E os esquemas começaram a evidenciar fragilidade: fases vistas como necessárias podem não ter existido; a seqüência pode ter sido outra. O reinado dessas fórmulas não foi longo. À segurança daqueles anos sucedeu a dúvida da ciência dêste século; à determinação infalível, uma certa indeterminação, ou, pelo menos, o reconhecimento da impossibilidade de fórmula permanente, pela falta de dados. Enfim, ao dogmatismo de então, o relativismo de agora.

E' interessante consignar o paradoxo. Antes, com base mínima, ousava-se muito, nas formulações de grandes linhas; hoje, quando a base é ampla, ousa-se menos, pelo temor do impressionismo ou da gratuidade. Exatamente o número de estudos é que revela que o processo não é tão simples como se pensava, exigindo cautela. A crítica de Max Scheler ao positivismo poderia ser estendida aos outros sistemas. Segundo Scheler, o positivismo seria o estado de espírito típico da burguesia européia do século XIX e se explicaria por uma carência de universalidade do espírito do europeu: o positivismo de Comte e Spencer

“não é uma filosofia, mas somente uma ideologia específica da Europa ocidental, a do industrialismo ocidental moderno” (20).

A denúncia do caráter ideológico dos sistemas é a grande contribuição da sociologia do conhecimento, capítulo que hoje se desenvolve, sobre premissas lançadas da primeira metade do século passado.

Ora, nosso propósito é fixar a ideologia do colonialismo. Daí as considerações feitas sobre o pensamento liberal e o evolucionista. Viu-se que o liberalismo acaba por ser o modo de ver de uma classe que detém o poder econômico e político, a classe burguesa, pensamento que só poderia originar-se e desenvolver-se na Inglaterra e na França, pelo pioneirismo dessas nações relativamente às outras. No século em estudo, é tal corpo de idéias que convém à classe burguesa daqueles países, como é ainda o que lhes convém no quadro internacional, pois estabelece o domínio que podem ter sobre os demais. Smith, Ricardo e outros exprimem os interesses de suas classes e nações, como não podia deixar de acontecer, não importando as contradições entre o que pregam e a realidade interna, nacional, ou a externa, sobretudo a das colônias. O evolucionismo concretiza mais ainda o lado brutal do liberalismo, de seu desinteresse pelo proletariado ou pelos povos que vivem em condições de dominados. O uso dos conceitos de luta, seleção natural, sobrevivência dos mais aptos — aplicação de princípios da Biologia à ciência social — vai criar uma ideologia de dominação, de imperialismo. De fato, se há povos mais evoluídos que outros, é decorrência de seleção natural, que san-

(20). — Max Scheler, *Sociologia del Saber*, p. 72.

ciona o direito dos mais evoluídos sôbre os menos evoluídos. Os princípios de certa ciência social vão ser aproveitados principalmente por políticos, comerciantes ou aventureiros, que têm aí justificação para o comportamento, racionalização para a atitude que adotam. A ideologia dominante não é feita expressamente, com a consciência do que se pretende, com objetivo certo. Voluntária ou involuntariamente, chega-se ao mesmo resultado. Malthus ou Bastiat, Darwin ou Spencer não pretenderam construir modelo para servir às suas classes ou nações; apenas enunciaram o que lhes pareceu exato. A coincidência freqüente dessas idéias com os interesses dos grupos dominantes não é original, pois assim também foi em outras oportunidades, antes e depois.

Tem-se, pois, que o liberalismo e o evolucionismo são fruto da ascensão da burguesia no quadro social, do domínio de certas nações da Europa sôbre outras. Assim foi com o liberalismo político e econômico; com o positivismo; com o evolucionismo, em todos os tons: com o socialismo, ainda o mais radical. Tome-se por exemplo Marx: êle exprime a situação do Ocidente europeu, industrializado, em que a burguesia realizou extenso e alto trabalho — seu melhor elogio está nas primeiras páginas do *Manifesto Comunista*, de 48 —, na base da exploração de uma classe por outra, gerando contradição que acaba por ser insustentável. Atentando para a luta de classes, Marx viu do capitalismo sobretudo seu aspecto interno, a formação do capital pela mais-valia, pouco detendo-se, no entanto, no aspecto externo, não levando nem mesmo em conta a realidade da nação. O criador da Internacional não se preocupou com o Imperialismo — são autores do século XX, como Rosa Luxemburgo ou Lenine que fazem o estudo dessa categoria, no reconhecimento de seu significado. E' depois da morte de Marx que o imperialismo revela o seu poder. O estudioso comunista participou mesmo de juízos comuns do seu tempo, de superioridade do branco, europeu, cujos padrões seriam superiores aos demais, podendo ser impostos até pela força. O autor não fugia ao clima de sua época.

O evolucionismo fortalece as pretensões européias à superioridade. O continente criara padrões culturais que considera os mais altos. E fulmina então como inferiores todos os outros, que são tanto mais ou menos cultos quanto mais se aproximam ou se afastam do modelo europeu. Os outros são os bárbaros. Ora, já os gregos chamavam de bárbaros a todos os que não participavam de suas peculiaridades, no que foram imitados pelos romanos — e com o nome de bárbaros ficaram na História os povos do Norte que desceram sôbre o Império decadente. Para os judeus, que se consideravam o povo eleito, todos os mais eram gentios. Bem conceituava Montaigne que

“cada um chama barbárie o que não é de seu uso” (21).

A palavra estrangeiro, em tôdas as línguas, tem sentido amplo, que vai de curiosidade pelos homens de fora ao desprezo por êles. Chineses ou alemães, britânicos ou hotentotes, todos se consideram o melhor que há. Daí já se ter falado no “providencianismo europeu do século XIX”, só agora aos poucos retificado, a duras penas. Essa atitude é que leva aos racismos, em que se esmeram os europeus ao longo do século XIX e mesmo depois.

Ao verificar o processo mental da época, não se procure exaltar ou denegrir. Foi uma fase da história do pensamento, perfeitamente explicável pelas condições em que se gerou. Procurou-se colocar o problema, sem cuidados valorativos, mas apenas para chegar à sua compreensão, esclarecendo aspecto significativo para o assunto que se procura estudar. Ou seja, a justificação do domínio de outros povos pelo homem branco, pela inferioridade de uns e a superioridade de outros. O evolucionismo pode explicar a situação racionalizando êsse domínio e com o alívio da consciência de culpa do colonizador vitorioso. O comportamento do europeu e sua expressão intelectual fazem harmoniosa unidade.

VIII. — PERSPECTIVA FINAL.

Procurou-se mostrar a natureza e a ideologia do colonialismo no século XIX. Como é que se colocou o problema, quais os antecedentes — sobretudo a época Mercantilista. Depois, como é que o excesso de regulamentos, em certa época benéfico, pode tornar-se empecilho à ação proveitosa. O crescimento da burguesia, que se torna reivindicativa, bem como o fato de o quadro tradicional estar inadequado, tudo contribui a outra ordem, que se constitui sob o signo do liberalismo. Se a primeira fase do capitalismo é comercial, a segunda é a da indústria. Organizam-se os Estados nacionais na Europa, a classe burguesa assume a direção política, a indústria é o fundamento econômico. A antiga tendência ao expansionismo conhece nôvo impulso, as nações tornar-se imperialistas. Faz-se a partilha do mundo, com a proeminência britânica. Ao lado dessa forma de domínio, que é a ocupação de terras, consignent-se as formas dissimuladas, através do contrôle da economia de povos que politicamente são tidos como livres, mas na verdade são dependentes, pois têm sua economia ligada ao exterior, de cujos centros dependem. O revigoramento imperialista das últimas décadas é decorrência da mudança econômica, com a indústria que cresce e cria problemas que configuram nova fase na história do capitalismo.

(21). — Montaigne, *Essais*, I, p. 234.

Como o objeto de nosso estudo é não só a natureza do colonialismo, mas também sua ideologia, procurou-se mostrar como é que o pensamento europeu da época traduz êsses interesses expansionistas, numa racionalização do comportamento. Se o liberalismo, por seus princípios, é inimigo do domínio dos outros, êsse domínio está na ordem natural do Estado que cresce e se desenvolve. Como os liberais ortodoxos aceitam a sociedade como é, com sua estruturação rígida de classes, não há motivo para que o mesmo não se verifique no plano internacional, em que, como fruto da seleção, certos Estados se impõem a povos tidos como inferiores. Se o liberalismo é a ideologia da classe burguesa e a burguesia tem necessidade dêsse domínio, forma-se uma contradição entre a teoria e a prática. O problema, porém, não adquire maior importância, que são episódicas as referências dos mestres do liberalismo político e econômico às colônias — o que é explicável, uma vez que o imperialismo é sobretudo do fim do século, quando os grandes liberais são do seu princípio. E' partindo de algumas das premissas dos expoentes da teoria clássica que se desenvolve o evolucionismo, que conquista quase todos os autores: de maneira crua, reconhece-se a luta pela vida como princípio de seleção. O evolucionismo vem a ser mais um dado a racionalizar o comportamento do homem branco: êle está justificado por essa ideologia.

Aí está o quadro que se procurou desenvolver. A matéria parece-nos importante e mesmo sedutora. Só temos a lamentar a brevidade do espaço para tratá-la e nossas próprias deficiências, sem falar nas dificuldades da bibliografia. Gostaríamos agora de, em rapidíssimos traços, indicar o seu desenvolvimento depois, já em nosso século.

A situação culmina em 1914, quando as contradições do sistema conduzem à guerra. Entre os seus resultados, consigne-se o impacto que o colonialismo sofre. Tenta-se reformular a ordem, com ajustes na partilha do mundo. O golpe, no entanto, era grave, revelava-se a insubsistência do sistema. De 1919 a 1939, entre crises econômicas e políticas, com experiências de novas formas e tentativas de adaptações das antigas, o velho colonialismo vai sofrendo outros impactos. Os movimentos nacionalistas são fortalecidos em várias colônias, com suas reações naturais, criando problemas sem conta. A crise de 1929 não é como as outras, mas é a crise do próprio sistema capitalista, em sua versão antiga, que revela impossibilidade de subsistir. Mesmo os teóricos do pensamento oficial do Ocidente o reconhecem, proclamando a falência do *laissez faire* e a necessidade de novas formas, sob o signo da planificação. As dificuldades culminam com a guerra de 1939, da qual o colonialismo sai definitivamente condenado. Inúmeras nações aparecem, com a libertação de anti-

gas dependências. Ásia e África têm seus mapas revistos, notadamente a África, que vê a multiplicação de nações livres, em processo que lembra o que aconteceu à América Latina entre 1810 e 1825.

Se antes o mundo europeu é que detinha a prioridade, esta passa a duas forças que não as tradicionais: Estados Unidos e União Soviética. A Europa tem que rever a atitude de suposto centro, pois é visível o declínio de seu poder. Ao mesmo tempo, verifica-se a afirmação de outros continentes e nacionalidades, que tentam lugar próprio, sem as vinculações aos antigos europeus ou às novas potências dominantes.

No plano da ideologia, revê-se a oitocentista. A ciência não admite mais qualquer preconceito de superioridade de raça ou de grupo: a Etnologia, sobretudo, contribui para essa atitude, com suas pesquisas e o conceito de cultura. Hoje, a Europa aparece em têrmos de igualdade com os outros. A nova ordem é realmente universal, sem prioridades, exclusivismos ou omissões, como se vê, no estudo da História, na obra revisionista de Spengler, publicada em 1918, *A decadência do Ocidente*. O autor acusa aí, como êrro dos historiadores, o fato de fazerem girar em tórno da Europa tôdas as culturas, como centro universal. Do mesmo modo que Copérnico revolucionou a Astronomia com a apresentação do sistema heliocêntrico, que substituiu o geocentrismo de Ptolomeu, pretende revolucionar a História:

“eu os chamo (sistemas anteriores ao seu) sistema ptolomaico da História. E considero como o descobrimento copernicano, no terreno da História, o novo sistema que êste livro propõe, no qual a Antigüidade e o Ocidente aparecem juntos à Índia, Babilônia, China, Egito, a cultura árabe, a cultura mexicana, sem adotar de modo algum posição privilegiada” (22).

Essa perspectiva da História foi aos poucos sendo aceita, observando-se idêntica atitude no campo das outras ciências sociais.

A universalidade, aí pretendida e em parte alcançada, é o que se procura hoje no mundo, seja na consideração de todos os povos, em teoria, seja na prática. Os meios de comunicação, a técnica e a ciência fizeram com que o mundo se tornasse pequeno e pretendesse ser realmente uma unidade. Impõem-se novas formas sociais e políticas, pois o quadro é bem diverso do que apresenta o Oitocentos. Os estilos de vida são outros, que tudo mudou, em ritmo vertiginoso que provoca aceleração desconhecida antes. Os padrões têm que ser revistos permanentemente, pois em poucos anos um estilo pode ser subvertido. Na idade da automação o homem é outro, o que implica reajustamento de tudo. Se não se cria nova forma para solução das

(22). — O. Spengler, *La decadencia de Occidente*, I, p. 32.

disputas é a própria vida que pode desaparecer, que a técnica armou os povos com poder destruidor do próprio universo em alguns instantes. No campo da ciência social, o relativismo ocupa o lugar do dogmatismo do século passado. Ao impulso de colonização, sucede o de descolonização. E' claro que há enormes sobrevivências da velha ordem e há mesmo o surgimento de outras formas de domínio, claro ou dissimulado, que podem ser até mais virulentas e perigosas.

O estudo da realidade de agora, nesse ou em outros aspectos, escapa a nosso intento aqui (23). O que se quis assinalar, na parte final da comunicação — que está um tanto sentenciosa, pela lembrança de elementos tão fortes — é que o sistema do século XIX está superado, como forma de vida e sobretudo como espírito. Nesta altura do século XX, aquela realidade oitocentista pertence quase só ao campo da especulação do historiador. Que se interessa por aquêl colonialismo como pelo de hoje ou seu contrário — a chamada descolonização

*

* * *

OBRAS CITADAS.

- Harry Elmer BARNES & Howard BECKER, *Historia del Pensamiento Social*, I. México, Fondo de Cultura Económica, 1945.
- Maurice CROUZET, *L'Époque Contemporaine. À la recherche d'une civilisation nouvelle — Histoire Générale des Civilisations*, Tome VII. Paris, Presses Universitaires de France, 1957.
- John DONALDSON, *Colonial Economic Policy*. In *Encyclopaedia of the Social Sciences*, Volume Three. New York, The Macmillan Company, 1949 (p. 646-651).
- Georges HARDY, *La politique coloniale et le partage de la terre aux XIXe. et XXe. siècles*. Paris, Albin Michel, 1937.
- Ch.-A. JULIEN, *Coloniaux et colonisation*. In *Les Techniciens de la colonisation (XIXe.-XXe. siècles)*. Paris, Presses Universitaires de France, 1947 (Introduction).
- V. I. LÉNINE, *L'Impérialisme, Stade Suprême du Capitalisme*. Paris, Éditions Sociales, 1952.
- Paul LEROY-BEAULIEU, *Traité Théorique et Pratique d'Économie Politique*. Troisième édition. Tome Quatrième. Paris, Librairie Guillaumin, 1900.
- Jean MARCHAL, *Cours d'Économie Politique*. Tome Premier. Paris, Librairie de Médecis, 1950.
- MONTAIGNE, *Essais*. Livre premier, Chapitre XXXI. Paris, Garnier.
- Max SCHELER, *Sociologia del Saber*. Buenos Aires, Revista de Occidente, 1947.

(23). — Esse estudo está nos livros de Ciência Social, hoje publicados. Entre os de História, para referir apenas um: Maurice Crouzet, *L'Époque Contemporaine*.

- Robert SCHNERB, *Le XIXe. siècle, L'Apogée de l'expansion européenne (1815-1914)*. *Histoire Générale des Civilisations*, Tome VI. Paris, Presses Universitaires de France, 1955.
- Oswald SPENGLER, *La decadencia de Occidente*. Madrid, Espasa-Calpe, 1940.
- Fritz STERNBERG, *Le conflit du siècle*. Paris, Éditions du Seuil, 1958.
- John STUART MILL, *Considerações sobre o Governo Representativo*. São Paulo, IBRASA, 1964.
- Alfred WEBER, *Historia de la Cultura*. México, Fondo de Cultura Económica, 1956.

*
* *
*

INTERVENÇÕES E RESPOSTAS.

Profa. *Julia Folgueras*, Faculdade de Filosofia da Universidade do Sul de Minas ((Varginha):

Considera o tema de palpitante interêsse, desenvolvido com profundidade, mas queria esclarecimentos:

- 1). — em relação à “dominação dissimulada”;
- 2). — “subordinação no campo intelectual”, por que? Em minha humilde opinião não se deve considerar servil imitação, pois o fato de adotar qualquer coisa que faça referência ao desenvolvimento material ou espiritual não implica necessariamente em “condenação do próprio impulso”, pelo contrário, pode-se adaptar às formas de vida de cada país com elementos próprios, como é o caso do Renascimento ou as línguas neo-latinas. Ambos têm um ponto em comum, mas depois cada nação aportou sua especial colaboração;
- 3). — falta focalizar o temperamento idealista e, às vêzes, aventureiro dos colonizadores, que os levava longe de suas terras, perdendo alguns seus haveres, como temos exemplo nas Capitânicas, somente por serem dotados de almas inflamadas e quixotescas;
- 4). — o real esforço dos conquistadores em prol da cultura, dotando tôda América de uma rêde de Universidades;
- 5). — não vejo necessidade de repetir o pessimismo tendencioso de Spengler, afirmando que a Europa é considerada o centro de tôdas as culturas. Os historiadores se orgulham dos abundantes frutos espirituais que a Europa semeou por tôdas partes, mas reconhecem e admiram as grandes e velhas civilizações.

Professor *Francisco Iglésias*:

- 1). — Parece-me que o que se entende por “dominação dissimulada” está devidamente explícito no estudo. Pormenorizar prolongaria a resposta.
- 2). — A “subordinação no campo intelectual” representa o desejo de imitar as formas do pensamento do dominador, com perda da própria substância. Nem sempre o desejo é transparente, mas o comum é que ele exista. E’ certo que nem tôda importação de idéias é condenável, mas inúmeras vezes o que se dá é o que ficou escrito: “processo de importação, mimetismo que é a condenação de qualquer impulso autêntico, espontâneo, nacional. As forças realmente criadoras são abafadas, o espírito inventivo se estiola...” (pág. 281). O Autor reconhece que há adaptações, por parte do dominado (que pode até superar o dominador), mas o que quis destacar foi êsse aspecto de imposição mecânica de um pensamento de uma área a outra, com tôdas as suas consequências. Os estudos da moderna Etnologia, que não cita para não alongar o estudo e a resposta, dão-lhe razão e fundamentam suas afirmativas.
- 3). — E’ certo que deve ter havido idealismo no trabalho de conquistadores, bem como, eventualmente, o gôsto da aventura. E’ o aspecto biográfico do problema, ilustrado o idealismo com alguns casos individuais. Não interessou na comunicação a nota excepcional, mas o sentido do conjunto da colonização. E aí o que lhe parece correto é o que escreveu.
- 4). — O “esfôrço dos conquistadores” em prol da cultura, dotando tôda América de uma rêde de universidades é menos significativo do que parece à primeira vista. Basta que se lembre o que é o quadro intelectual do mundo americano no início do século XIX, com a totalidade da população ainda analfabeta. E o que é que se fez em prol da cultura na África, na África, nas ilhas do Pacífico e do Índico? Ainda no século XX, os dominadores britânicos, franceses, belgas, portugueses, ou quaisquer outros, deixam ver que a situação dos povos que colonizaram ou colonizam é lamentável do ângulo intelectual, como não podia deixar de ser, aliás, uma vez que o é também de outros ângulos.
- 5). — Parece que houve imcompressão. Não se afirmou que a Europa “é o centro de tôdas as culturas”. Afirmou-se que os europeus é que assim pensavam. O que pode ser verifi-

cado pela História, pela Antropologia, pela Sociologia, enfim, por toda a ciência social do século passado.

Em síntese, parece ao Autor da comunicação que há entre o que êle escreveu e o que pensa a interpelante uma diferença básica na interpretação do problema que estudou. Daí as dúvidas suscitadas.

*

Prof. *Fernando Antônio Novais*, Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo:

Preliminarmente, queremos salientar que as observações que se-guem são achegas de certo modo laterais, ou divergências naturais de pontos de vista, não afetando em nada o altíssimo nível da comunicação. Isto pôsto, pedimos vênia para os seguintes comentários:

- 1). — No início do trabalho não nos parece suficiente a explanação quanto aos conceitos de colônia, colonização, colonialismo, imperialismo. O conjunto do trabalho explicita alguns desses conceitos, ficando outros pouco esclarecidos, como, por exemplo, os sentidos do termo colonização.
- 2). — À pág. 276 parece-nos igualmente que não se distinguem bem “movimento das nacionalidades” e “nacionalismo”, que não coincidem necessariamente.
- 3). — Quanto à periodização, pág. 277 e segs. A de Donaldson, que nos parece muito lúcida (colonialismo mercantilista, colonialismo industrialista, com o hiato intermediário), não é criticada de modo convincente. A periodização proposta reclamaria, quanto a nós, maior justificação: de 1789 a 1815, por exemplo, sucedem-se em França um período anti-colonialista (Terror) e um francamente colonialista (Império).
- 4). — O liberalismo é colocado como um dos itens da ideologia do colonialismo; embora o texto explicita perfeitamente, a ambigüidade das relações entre liberalismo e colonialismo, talvez fôsse aconselhável que tal situação já se explicitasse no título do item.
- 5). — À pág. 292 Karl Marx é associado de modo um tanto quanto promíscuo a Comte e Spencer; ora, é sabido que o evolucionismo inerente ao marxismo é substancialmente diverso do daqueles Autores.
- 6). — A oposição entre o século XIX e XX, em termos de história das ciências humanas, pág. 293, parece-nos discutível. Na realidade, o confrônto pode ser favorável aos “clássicos” na

sua audácia globalizadora (nem sempre esquemática) em face do empirismo contemporâneo, que de resto não cobre todo o panorama do movimento atual das ciências humanas.

Professor *Francisco Iglésias*:

- 1). — O Autor reconhece não haver o indispensável rigor nas conceituações. E' que foi seu intento traçar quadro amplo do assunto, quase um painel, em que o cuidado era descrever uma situação e interpretá-la. Demais, acha que o público não ficou prejudicado, pois na comunicação que o interpe-lante apresentou e será apreciada depois o rigor conceitual foi cumprido.
- 2). — O Autor sabe que “movimento das nacionalidades” e “nacionalismo” não coincidem necessariamente. Não vê, no entanto, em que o parágrafo sobre o assunto (pág. 276) possa levar a confusão nêsse sentido.
- 3). — As periodizações já feitas e apresentadas não tiveram crítica pelo fato de que o propósito era apenas enunciá-las. Quanto a justificar mais a periodização que se propõe, com maior exame do caso francês, não lhe pareceu necessário, uma vez que o propósito da comunicação é apresentar o tema em suas linhas gerais.
- 4). — A ambigüidade das relações entre o liberalismo e o colonialismo é destacada no texto. Explicitar a questão no próprio título é fazer título longo, à maneira das obras clássicas dos séculos XVI ou XVII, dessas que até dispensam a leitura do estudo, pois o título já diz do que se trata.
- 5). — Não há promiscuidade em citar Marx ao lado de Comte e de Spencer (pág. 292). Se o “evolucionismo inerente ao marxismo é substancialmente diverso”, o que se quis assinalar não foi que o evolucionismo de todos é idêntico (sabe-se das diferenças não só de Marx com Spencer e Comte, mas entre Comte e Spencer), mas que o evolucionismo leva a uma atitude de despreço pelo mundo não-europeu. E aí Marx é idêntico aos outros, como não podia deixar de ser, pois sua obra é expressão da época: o fato de transcender o seu tempo em pontos importantes, de modo a ser mais significativo que os outros pensadores, não significa quem em tôda linha estivesse acima dos contemporâneos. Diante da atitude do pensamento europeu, de considerar que o mundo é a Europa, como se vê na ciência social do século XIX, Marx está no mesmo nível que Comte e Spencer. Foi o que

se escreveu no parágrafo criticado. Não há promiscuidade, portanto.

- 6). — A “oposição entre os séculos XIX e XX, em termos de ciências humanas” (pág. 293), pode ser discutível. O Autor, no entanto, reafirma o que escreveu, o que poderia demonstrar mais ainda, com outros e mais sólidos fundamentos. Acresce que fez mais uma verificação de fato do que emitiu um juízo de valor. Há aí muito de pessoal: deve dizer que, no confronto, também prefere os “clássicos”, com “sua audácia globalizadora”, que sabe que nem sempre era esquemática. Esquemáticos são os epígonos, como é comum nos divulgadores positivistas e marxistas, entre outros. Também êle prefere os “clássicos”, devidamente interpretados, ao “empirismo contemporâneo”. E sabe que êsse empirismo não cobre todo o panorama das ciências humanas de hoje. O texto que apresentou parece-lhe claro nesse particular.

*

Profa. *Helga Pico*, Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul:

Minha intervenção prende-se ao fato de o Autor da comunicação acentuar que a sua especialidade é a História do Brasil. O Autor diz que Portugal foi pioneiro na expansão moderna e que a Espanha lhe seguiu os passos (pág. 272), mas não souberam organizar o que foi feito. Estagnaram por se manterem presos a velhos princípios, etc.. No plano da colonização, enquanto outros se enriqueceram, Portugal e Espanha empobreciam. Destacam-se os ingleses. Pergunto: no colonialismo português, em relação ao Brasil, o século XVIII se destaca pela mineração. Tem ela, como Simonsen afirma, parcela considerável no surto industrial inglês? Ou seja, o colonialismo português tem responsabilidade no enriquecimento inglês, permitindo que a Inglaterra se tornasse a potência que foi no século XIX?

Professor *Francisco Iglésias*:

À pergunta sobre a influência da mineração brasileira, notadamente o ouro, na formação do capitalismo, o Autor responde que tem sido hipertrofiada por certos autores essa influência. A citação de Sombart, feita por Símonsens, de que sem o ouro do Brasil não haveria o homem econômico moderno, parece mais uma frase de efeito que realidade. O ouro brasileiro, levado para Portugal, iria

para no tesouro inglês, em pagamento pelas excessivas compras feitas, em decorrência do Tratado de Methuen — que coincide com o descobrimento do ouro no Brasil; criar-se-ia assim a base para o surto industrial inglês. Ora, o pioneirismo industrial inglês tem outras razões mais profundas, como a solidez do quadro institucional político, a expansão comercial, as leis de navegação, que levam ao domínio dos mares, afastando concorrentes, as “leis dos cercos”, que realizam uma verdadeira revolução agrícola no país, provocando êxodo rural e várias outras causas. Atribuir ao ouro, proveniente do Brasil, via Portugal, essa prosperidade, é um exagero. E’ claro que o afluxo dos metais preciosos para a Europa foi um dos fatores do fortalecimento econômico, na época do Mercantilismo: o ouro e a prata levados pelos espanhóis perturbaram a economia da Europa na segunda metade do século XVI, causando a chamada “revolução dos preços”, fenômeno compreendido no instante em que se verificava, por Jean Bodin, em seu célebre *Réponses aux paradoxes de M. Malestroict*, de 1569. Sem êsse afluxo não teria alcançado a expressão que alcançou a economia monetária e sem ela teria tardado um pouco o “homem econômico moderno”. Êsse afluxo, bem como o que se verifica no século XVIII com o ouro de Minas, só deve ser levado em conta junto a outros fatores, sem a ênfase que Sombart em certa passagem de sua obra *O burguês* lhe atribui (o que não aparece em outras obras do mesmo Autor) e que foi interpretado ao pé da letra por vários autores. Em síntese: se o colonialismo português tem responsabilidade no enriquecimento inglês é em pequena escala e, bem menor ainda, é a responsabilidade do ouro brasileiro na formação do quadro econômico do mundo no século XVIII.

*

Profa. *Maria Yedda Linhares*, Faculdade de Filosofia da Universidade de Guanabara:

Elogio inicial ao trabalho, ao tratar de tema fundamental para o entendimento da História Contemporânea, merecendo destaque especial o enfoque da ideologia do colonialismo.

Em segundo lugar, discordo de certos conceitos, achando inadequado o emprêgo do termo “colonialismo” para períodos da História anteriores ao final do século XIX. O colonialismo, a meu ver, representa o aspecto político-militar, por excelência, do imperialismo, e não a “doutrina que justifica a colonização” pág. 269), como afirma o Autor.

Da mesma forma, se o Autor aceita a conceituação de imperialismo de Lenine, parece-me indevida a extrapolação para a expansão

pré-capitalista. Finalmente, surpreende-nos a afirmação atribuída a Lenine quanto a um “imperialismo antigo”, quando sabemos que para Lenine, o teórico do imperialismo aplicado precisamente àquele etapa do capitalismo monopolista, em fase competitiva, iniciada no final do século XIX, chegava mesmo a fixar a data de 1898 (guerra hispanoamericana) como ponto de partida.

Professor *Francisco Iglésias*:

Ao contrário da interpelante, o Autor não concorda em que não se possa falar em “colonialismo” anteriormente ao final do século XIX. O conceito que usou, segundo o qual “o colonialismo é a doutrina que justifica a colonização” (pág. 269), parece-lhe exato. Antes de ser o aspecto político-militar por excelência do imperialismo, o colonialismo teve outras caracterizações. O conceito de Lenine, sobre imperialismo, refere-se a uma fase que considera superior, à última. Não se faz, portanto, extrapolação para outras épocas, mas tem-se em conta a existência de outras formas. Quanto a atribuir a Lenine palavras sobre o “imperialismo antigo”, não há razões para surpresa: em seu famoso livro, citado na comunicação, Lenine afirma que a “política colonial e o imperialismo existiram já antes da fase contemporânea do capitalismo e até antes do capitalismo” (ver p. 74 da edição francesa, citada na bibliografia). O teórico revolucionário russo reconhecia as formas anteriores à fase que examinou, não estabelecendo confusão entre elas, como Autor de profunda sensibilidade histórica que era.

*

Prof. *José Roberto do Amaral Lapa*, Faculdade de Filosofia de Marília, São Paulo:

A antecipação na programação dos trabalhos da comunicação do Prof. Iglésias limitou bastante o que iríamos dizer, uma vez que a leitura atenta que deveríamos ter feito ficou apenas nas primeiras páginas.

No esquema extremamente didático que o Prof. Iglésias propõe para as diversas conceituações que aparecem no início do seu trabalho, parece-nos não terem sido precisados como se fazia necessário tipos de colônias que não se enquadram nos conceitos propostos para *colônia de exploração* e *colônia de povoamento*. Exemplificaríamos, no caso, com a *colônia de posição*, menos pela importância que poderia ter e realmente chegou a ter e mais pelos seus objetivos próprios, residindo na tríade estratégica-militar-política, que nem

sempre se confundem com os objetivos das colônias de exploração e colônias de povoamento, propostas pelo Autor.

Como V. S. buscou nos dicionários as definições propostas, julgamos que nas mesmas fontes poderia ter encontrado êsses elementos definidores, que estenderiam ainda mais a dimensão didática do seu trabalho, pois para insistirmos ainda mais no exemplo que invocamos, com isso o leitor poderá nêle encontrar o conceito de colônias que serviram de trampolins para aumentar a esfera espacial do colonialismo, sem vida própria ou com a vida ritmada pelas colônias de povoamento que devia fazer referência.

Para terminar, desejamos cumprimentar o Autor pelo nível e pela ambição do seu trabalho, que continua assim a linha de contribuições com que êle vem enriquecendo nossas reuniões.

Professor *Francisco Iglésias*:

O Autor reconhece que devia ser mais explícito ao considerar os tipos de colônias, falando também em colônias de posição, como sugere o crítico. Se não o fêz, é que, para o quadro geral que pretendia traçar, era sobretudo às colônias de exploração e às colônias de povoamento que devia fazer referência.

*

Prof. *Francisco J. C. Falcon*, Faculdade de Filosofia da Universidade da Guanabara:

- 1). — Consideramos boa a parte relativa à ideologia pròpriamente dita, embora discordemos da associação entre Spencer, Comte e Marx.
- 2). — Discordamos, no entanto, totalmente, quase, da longa introdução, tal a flutuação de conceitos, a imprecisão de fatos, o anacronismos.

Logo de início define imperialismo como domínio de um povo sôbre outro povo. Não seria o caso de examinarmos o próprio conceito de povo?

Há anacronismo ao colocar certas características da expansão colonial capitalista (exemplo, a busca de matérias-primas) como típica da época pré-capitalista.

- 3). — Não sabemos porque Imperialismo ora aparece com maiúscula, ora não.
- 4). — Qual a época das colônias de exploração e de povoamento? São elas o fato essencial ou apenas um apêndice, um acidente do sistema caracterizado pelo capital comercial?

- 5). — Divisão internacional do trabalho (p. 254) antes da Revolução Industrial, do capitalismo mesmo?
- 6). — A visão da Revolução Inglesa (não apenas a “revolução” de 1688) é muito criticável, à luz dos estudos mais recentes, pois não parece o Autor ter consciência do caráter burguês dessa Revolução, já que associa o ascenso de burguesia na Inglaterra às reformas eleitorais do século XIX.
- 7). — Parecem-nos antiquados os conceitos de:
 1. — Capitalismo comercial (antes do próprio capitalismo?)
 2. — Primeira e segunda Revolução Industrial — uma a do vapor, outra a da eletricidade, quando hoje, cada vez mais, sabemos que as citadas revoluções nada mais foram que etapas na conquista pelo homem de solução do problema de energia, complementada no século XX pela energia atômica e paralelamente por grandes avanços no setor do domínio sobre o problema das matérias-primas (século XX — os plásticos, os sintéticos em geral) e a elevação da técnica do trabalho (automação, cibernética).
- 8). — Finalmente, lamentamos a ausência de contribuições mais atuais, como a de P. Sweezy, quando o Autor discute Lenine, Hilferding, etc..

*

Prof. *Francisco Iglésias*:

- 1). — Não há, como disse antes, associação identificadora entre Spencer, Comte e Marx, como se vê pela leitura atenta do parágrafo da pág. 292.
- 2). — O Autor já reconheceu que pode faltar rigor no uso das expressões. Não reconhece, porém, imprecisão de fatos, ou anacronismos. O interpelante fala nêles, mas não os aponta. O que aponta — a busca de matérias-primas como típica da época pré-capitalista — não é anacronismo. Poderia ser erro, mas não anacronismo. E não é erro: o Autor quis significar que a busca de matérias-primas, a ampliação de mercados, a dilatação do horizonte geográfico, tudo é típico da fase em que a economia era eminentemente comercial, busca e troca de matérias-primas, bem mais que elaboração de produtos sob o signo industrial.
- 3). — Questão insignificante, caprichos do datilógrafo ou tipógrafo, como se depreende do próprio texto.

- 4). — Não vê razão para a pergunta sobre qual a época das colônias de exploração e das colônias de povoamento. Pode haver sincronismo em colônias de exploração e colônias de povoamento. E, conforme o caso — não houve explicitação do Autor nem do crítico —, elas podem ser “o fato essencial ou apenas um apêndice”.
- 5). — Não parece procedente a pergunta. “Divisão internacional do trabalho”, sim, antes da Revolução Industrial. A divisão do trabalho do industrialismo é coisa sabida e reconhecida, enquanto o que se assinalou foi que com o domínio do mundo pelo europeu se sancionou uma divisão internacional do trabalho, como se lê à pág. 272: “cabe aos nativos das colônias plantar, extrair as riquezas; a Metrópole (...) deve aproveitar as matérias recebidas, elaborando-as como melhor lhe parecer. O texto é claro, como se vê mesmo em rápida leitura, não admitindo a confusão que se quis estabelecer com a divisão do trabalho do industrialismo.
- 6). — O Autor tem consciência do caráter burguês da revolução inglesa, como se lê no que escreveu. Não é preciso ler “estudos mais recentes” para ter visão do problema, sobejamente exposto até em obras didáticas de nível médio. A associação do ascenso da burguesia às reformas eleitorais do século XIX não significa que a burguesia já não viesse em ascensão há alguns decênios. O texto, lido com atenção, não pode levar o crítico a dizer o que disse. A pág. 274 é correta, não comporta a dúvida levantada.
- 7). — O conceito de “capitalismo comercial” é antiquado. Parece que realmente é, mas em uma exposição de linhas gerais é operacional e nesse sentido ainda é abundantemente usado. E’ problema sério e difícil êsse. O Autor da tese reconhece que é preciso que o assunto seja esclarecido, mas reconhece também que não se fez devidamente o trabalho. As ciências sociais ainda não encontraram a linguagem de necessário rigor; no caso presente, a tipologia severa do capitalismo está por ser feita. Ou já foi feita, em estudos recentes, que não são de seu conhecimento e sim do crítico, pessoa mais informada mas que não quis ajudar, adiantando os nomes e formulações.

Quanto ao que diz sobre a Revolução Industrial, não vê em que o texto da comunicação esteja incorreto. Também seu Autor sabe que as citadas revoluções “nada mais foram que etapas na conquista pelo homem de solução do

problema de energia . . .”, como consta de qualquer compêndio escolar. Por acaso a comunicação nega êsse fato? Se não falou na automação e na cibernética não foi por ignorar essas novidades e ser repetidor de conceitos antiquados, mas é que essas são realidades de agora, não do período que estudou (que se encerra em 1914). Não falou para não cometer anacronismo.

- 8). — Não há o que lamentar na “ausência de contribuições mais atuais como a de P. Sweezy, quando o Autor discute Lenine, Hilferding”. Não se fez no texto a discussão referida. Fêz-se a citação de Lenine, Hilferding, Rosa Luxemburgo, pelo fato de que escreveram na época estudada pelo Autor. Não se falou em Sweezy, como não se falou em Baran, em Althusser, em Sartre e tantos outros, pelo fato de que são autores de hoje, não do período estudado. A observação parece, pois insubsistente.

*
* *
*

Em síntese, o Autor da comunicação agradece as críticas que lhe foram feitas, que vê como contribuições a serem levadas em conta. Se nem tôdas lhe parecem procedentes — umas por falta de fundamentação, outras por falta de entendimento do que pretendeu, ou por leitura menos atenta de seu texto —, o certo é que se sente feliz por ter provocado o debate e julga que é uma honra ser objeto de tais atenções. Concorde às vêzes com a objeção, outras vêzes a recusa. Em alguns casos talvez não seja possível o acôrdo, pelas premissas diversas ou até por diferenças que ousaria chamar de filosóficas, não fôsse o temor da ênfase. Agradece ainda os elogios que recebeu, nos quais vê ainda uma vez a generosidade de seus colegas ante o esforço que desenvolveu para contribuir com uma comunicação ao Simpósio.